



14
06

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSOS Nº: **0170503-9/03**
EMBARGANTE(S): **BANCO DO BRASIL S/A**
EMBARGADO(S): **ANTÔNIO SERAFIM FERREIRA E OUTRO**
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS INDISPENSÁVEIS - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS - DECISÃO UNÂNIME.

5468
- O Julgador não é obrigado a examinar todos os dispositivos indicados pelo Recorrente, nem a responder um a um todos os argumentos invocados, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes do STJ.

- Ausentes os pressupostos indispensáveis enumerados no art. 535 do Código de Processo Civil - CPC, apenas cabe rejeitar os embargos de declaração.

- Embargos de declaração rejeitados, à unanimidade de votos.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** de nº 0170503-9/03, opostos por **BANCO DO BRASIL S/A** contra **ANTÔNIO SERAFIM FERREIRA E OUTRO**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - TJPE, por decisão unânime, em rejeitar os embargos de declaração, na conformidade do relatório, das notas taquigráficas e dos votos que passam a integrar este julgado.

Recife, 15/12/2009

Desembargador **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSOS Nº: **0170503-9/03**
EMBARGANTE(S): **BANCO DO BRASIL S/A**
EMBARGADO(S): **ANTÔNIO SERAFIM FERREIRA E OUTRO**
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

RELATÓRIO:

BANCO DO BRASIL S/A opôs os presentes embargos de declaração (fls. 0/04), sustentando omissão no acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo de nº 170503-9/02 (fls. 22/29), pois no seu entender vários pontos alegados no recurso de agravo não foram apreciados pelo acórdão, tudo com o escopo de emprestar-lhe efeitos modificativos.

É o importante a relatar.

Recife, 15/12/2009

Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
Relator



16
08

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSOS Nº: **0170503-9/03**
EMBARGANTE(S): **BANCO DO BRASIL S/A**
EMBARGADO(S): **ANTÔNIO SERAFIM FERREIRA E OUTRO**
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

VOTO:

As omissões levantadas pelo ora Embargante não se encontram presentes no acórdão recorrido.

Com efeito, a insatisfação dos Embargantes não reside na necessidade de apreciação de todas as suas teses, mas sim, inequivocamente, na conclusão do Tribunal, que foi oposta aos seus interesses.

Todavia, os embargos de declaração não se constituem instrumento processual adequado para a rediscussão da matéria já apreciada, vale dizer: exigir que o Tribunal de Justiça se pronuncie, novamente, sobre todos os argumentos levantados pela parte, implicaria num autêntico reexame da matéria julgada, o que não se coaduna com o objetivo dos embargos de declaração, na linha do que prescreve o art. 535 do Código de Processo Civil - CPC.

Ademais, na linha do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça - STJ, ***“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão”*** (dentre outros: Embargos de Declaração no Recurso Especial - Edcl no REsp nº 856315/SC, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 16.10.2009).

Com essas considerações e diante da nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, voto no sentido de **REJEITAR** os presentes embargos de declaração.

É como voto

Recife, 15/12/2009

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator